

Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) de 2021

Ao vigésimo quinto dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte um, por meio de videoconferência na plataforma Microsoft Teams, com início às catorze horas e vinte minutos, realizou-se a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM do ano de 2021, que teve como pautas: 1) Informes Gerais, 2) Apresentação e deliberação a respeito do Processo nº S2021019783, o qual solicita autorização ambiental para supressão/transplante vegetal. Requerente: ENGIBRAS ENGENHARIA S.A. e 3) Deliberação a respeito do calendário de reuniões do COMAM para o ano de 2022. Primeiramente, Marcelo Rebouças (SEUMA) assume a palavra, cumprimenta a todos e realiza a chamada nominal das entidades e instituições que compõem o Conselho para averiguação do quórum para o início da reunião. Posteriormente, uma vez constatado o quórum necessário para início da reunião, Marcelo Rebouças (SEUMA) prossegue com os trabalhos realizando algumas orientações a respeito das etapas e procedimentos referentes à reunião e na sequência solicitou que os conselheiros se manifestassem a respeito da necessidade da leitura da Ata da reunião anterior e se haveriam alterações a serem realizadas no documento. Na sequência, uma vez constatado que não houve solicitação de leitura, bem como a realização de alterações, foi comunicada a aprovação do documento. Posteriormente, a palavra foi facultada para início da realização dos informes gerais por parte dos conselheiros. Em seguida, uma vez que não foram verificadas manifestações, Marcelo Rebouças (SEUMA) direciona a palavra para que a equipe designada pela empresa ENGIBRAS ENGENHARIA S.A. realizasse a sua apresentação, dando início às tratativas inerentes a segunda pauta da reunião. Posteriormente, Jailson Machado (GEOSPACE ENGENHARIA) assume a palavra, cumprimenta os presentes e inicia sua explanação realizando uma contextualização geral acerca do empreendimento, na sequência abordou os seguintes tópicos ao longo da apresentação: descrição do empreendimento, localização, delineamento amostral, profissionais envolvidos, introdução, caracterização fitoecológica local, conceitos adotados, inventário arbóreo, material, metodologia, número de indivíduos levantados, etapa 1, espécies na ADA da Etapa 1, fauna da região, cálculo da reposição florestal – Etapa 1, da proposta compensatória, descrição dos procedimentos de manejo de flora, das árvores protegidas por lei ou imunes a corte, proposição de medidas mitigadoras, destinação final dos resíduos, conclusões e recomendações, cronograma. Em seguida, uma vez encerrado o momento para realização da apresentação, a palavra foi facultada para que os conselheiros realizassem suas considerações. Posteriormente, Denise Sobreira (PGM) assume a palavra, cumprimenta os presentes e solicita esclarecimentos a respeito da área construtiva do empreendimento, bem como com relação à ausência do plano de manejo de fauna. Em seguida, Iara Rodrigues (IPLANFOR) assume a palavra, cumprimenta os presentes e menciona que no que se refere ao nim indiano, o mesmo se caracteriza como uma espécie exótica invasora e questiona se na medida compensatória prevista para a supressão dos indivíduos arbóreos pertencentes a essa espécie está previsto o plantio de outras espécies. Posteriormente, Danilo Araújo (CRBIO) assume a palavra, cumprimenta os presentes e solicita esclarecimentos a respeito dos transplantes a serem realizados, se houve a verificação da viabilidade técnica em torno da realização de transplantes referentes a outras espécies nativas, para além das carnaúbas. Continuando sua explanação, Danilo Araújo (CRBIO) direciona uma dúvida a Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente com relação a forma como o Conselho poderia realizar o acompanhamento dos transplantes. Em seguida, Alisson Melo (OAB/CE) assume a palavra e solicita esclarecimentos com relação ao Plano de Manejo de Flora e quanto ao parecer técnico da SEUMA, mencionando que em ambos os documentos não constam informações referentes ao transplante de vegetação e que se faz necessário que todas as condicionantes estejam explicitadas. Posteriormente, Jailson Machado (GEOSPACE ENGENHARIA) assume a palavra e realiza esclarecimentos a respeito dos questionamentos elencados. Inicialmente, Jailson Machado (GEOSPACE ENGENHARIA) informa que o inventário arbóreo realizado contemplou a área como um todo e salientou que a demanda em questão se refere apenas a Etapa 1. Com relação ao manejo de fauna, Jailson Machado (GEOSPACE ENGENHARIA) menciona que considerando a análise realizada e as características da área, assim como informações constantes no relatório, não foi verificada a necessidade de elaboração. Continuando sua

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

48 explanação, Jailson Machado (GEOSPACE ENGENHARIA) menciona que foram identificados espécimes
49 pertencentes aos grupos faunísticos de avifauna e herpetofauna, os quais se caracterizam como sinantrópicos
50 e que acabam sendo afugentados com o som proveniente das máquinas e da movimentação humana,
51 ressaltando que não foi verificada a presença de vegetação nativa que possibilitasse abrigo. No que
52 tange a compensatória referente à supressão de vegetação, Jailson Machado (GEOSPACE ENGENHARIA)
53 esclarece que serão plantadas mudas de espécies nativas e com relação ao transplante, ressalta que no
54 cronograma constante no plano de manejo consta o período para realização dessa etapa e menciona que
55 quando a autorização é expedida e posteriormente se dá início a etapa da realização das ações, se procede
56 com a abertura de um processo administrativo junto a SEUMA para acompanhamento e análise do relatório
57 técnico de supressão e transplante. Dando continuidade aos esclarecimentos em torno dos questionamentos,
58 Nathália Bugni (SEUMA) assume a palavra, cumprimenta os presentes e inicialmente informa que a SEUMA
59 realiza o monitoramento das ações e que com relação aos processos apreciados pelo Conselho, poderiam ser
60 disponibilizadas as documentações comprobatórias referentes ao cumprimento das compensatórias, bem
61 como os relatórios técnicos para acompanhamento. Continuando sua explanação, Nathália Bugni (SEUMA)
62 esclarece que com relação às informações referentes ao transplante das carnaúbas, não ficou especificado no
63 plano e no parecer técnico, porém isso foi verificado e corrigido, conforme menção na apresentação realizada.
64 Posteriormente, Christina Bianchi (CREA/CE) assume a palavra, cumprimenta os presentes e primeiramente
65 informa que para facilitar a compreensão seria importante a disponibilização de uma planta contendo a
66 sobreposição da quantidade de árvores que serão suprimidas com o projeto da construção dos prédios.
67 Continuando sua explanação, Christina Bianchi (CREA/CE) questiona se na compensatória está previsto o
68 plantio na área em questão tendo em conta o projeto ou se ocorrerá em outra localidade, e na sequência,
69 solicita informações a respeito da caracterização das espécies e a quantidade de indivíduos arbóreos para
70 realização dos plantios, assim como a área prevista para realização do transplante. Em seguida, José Maria
71 (IBAMA) assume a palavra, cumprimenta os presentes e reitera a importância da disponibilização de imagens
72 atuais contendo a sobreposição da área do empreendimento e das árvores que serão suprimidas, ressaltando
73 que se verifica na área em questão a execução de obras. Continuando sua explanação, José Maria (IBAMA)
74 solicita informações no que se refere à área prevista para realização dos plantios e transplantes.
75 Posteriormente, Jerônimo Paulo (FBFF) assume a palavra, cumprimenta os presentes e questiona como o
76 Conselho poderia proceder com o monitoramento da realização dos transplantes, citando para ciência dos
77 presentes que ocorreu uma situação na qual uma empresa procedeu com o transplante de carnaúbas no
78 Parque Urbano da Lagoa da Viúva e que os indivíduos arbóreos não sobreviveram, salientando que esse
79 cenário poderia estar ocorrendo em outras áreas do município. Continuando sua explanação, Jerônimo Paulo
80 (FBFF) solicita esclarecimentos a respeito da legislação que trata sobre o tema e qual o papel institucional
81 exercido pelo Conselho nesse sentido. Em seguida, Jailson Machado (GEOSPACE ENGENHARIA) assume a
82 palavra e salienta que com relação ao projeto de arborização e ao plantio de outras espécies se faz necessário
83 a elaboração de um estudo específico a ser analisado junto a SEUMA, reforçando que a etapa atual se refere a
84 solicitação de autorização para supressão e transplante. Continuando sua explanação, Jailson Machado
85 (GEOSPACE ENGENHARIA) menciona que está previsto à doação/plantio de 1.254 (mil duzentos e cinquenta e
86 quatro) mudas como compensação pela supressão de vegetação, em consonância com o cálculo previsto na
87 instrução normativa da SEUMA e que com relação ao transplante das carnaúbas, ocorreria possivelmente na
88 própria área de inserção. Finalizando sua fala, Jailson Machado (GEOSPACE ENGENHARIA) informa que as
89 obras referentes à Etapa 1 não foram iniciadas. Posteriormente, Christina Bianchi (CREA/CE) assume a
90 palavra e menciona que verificou a ausência de informações no plano com relação à compensatória, bem como
91 a metodologia aplicada para realização, prejudicando a análise. Em seguida, Jailson Machado (GEOSPACE
92 ENGENHARIA) assume a palavra e ressalta que o plano foi elaborado de forma a atender as diretrizes e
93 especificações da instrução normativa, que nesse momento não há previsão para apresentação de um plano
94 referente à localização e metodologia para o plantio, contudo o empreendedor se compromete com o
95 cumprimento da compensatória prevista e posteriormente procede com a abertura de um processo

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

administrativo junto a SEUMA objetivando o monitoramento e disponibilização da documentação comprobatória, bem como os estudos e relatórios pertinentes. Posteriormente, Juliana Almeida (SOP) assume a palavra e salienta que as espécies selecionadas e os plantios serão realizados em conformidade com o Plano de Arborização de Fortaleza e reforça que os estudos foram elaborados em observância a instrução normativa. Continuando sua explanação, Juliana Almeida (SOP) informa que parte das árvores oriundas da compensatória será utilizada no projeto paisagístico da área. Em seguida, Nathália Bugni (SEUMA) assume a palavra e ressalta que a SEUMA realiza o monitoramento ambiental do cumprimento das compensatórias, em observância ao prazo de vigência da autorização. Contudo, salienta que a fiscalização é exercida pela Agência de Fiscalização de Fortaleza – AGEFIS e que nos casos em que a empresa responsável não está cumprindo com a manutenção das árvores no prazo estabelecido conforme previsto nas medidas condicionantes constantes no documento, pode-se gerar uma demanda por meio de protocolo no sistema fiscalize para averiguação e providências cabíveis. Posteriormente, Viviane Damasceno (CPA) assume a palavra, cumprimenta os presentes e ressalta que a escolha do local para realização dos plantios ocorre com base na análise e verificação das demandas relativas à arborização de áreas do município e que a empresa tem a responsabilidade de realizar a manutenção dos indivíduos arbóreos por um período mínimo de dois anos. Continuando sua explanação, Viviane Damasceno (CPA) menciona que os conselheiros também poderiam encaminhar sugestões de locais para realização dos plantios para averiguação e que para além do monitoramento realizado pela SEUMA, em caso de verificação de não cumprimento de condicionantes deve-se contatar os órgãos competentes. Em seguida, Nathália Bugni (SEUMA) assume a palavra e informa que alguns procedimentos relativos ao processo de monitoramento estão sendo reestruturados, mencionando que as autorizações estão sendo expedidas com a indicação e a localização dos plantios de modo também a otimizar o monitoramento periódico. Posteriormente, Vânia Sindeaux (IPC) assume a palavra e questiona se em algum momento o Conselho ou parte dele poderia se direcionar ao local para averiguação dos plantios. Em seguida, Marcelo Rebouças (SEUMA) assume a palavra e menciona que havendo a concordância e requisição por parte do Colegiado, não há impeditivos para articulação em torno da realização de vistorias. Posteriormente, Viviane Damasceno (CPA) assume a palavra e ressalta que considerando o monitoramento em torno das solicitações de supressão/transplântio de vegetação apreciadas pelo Conselho, pode-se proceder com as devolutivas necessárias e disponibilização dos relatórios técnicos. Em seguida, José Maria (IBAMA) assume a palavra e solicita esclarecimentos a empresa no que se refere às edificações que estão sendo construídas entre as avenidas Aguanambi e Borges de Melo, qual seria a etapa do projeto correspondente. Posteriormente, Alisson Melo (OAB/CE) assume a palavra e comunica que a documentação apresentada é insuficiente, que houve divergências com relação ao transplântio e ausência de dados com relação à fauna, sendo necessária a apresentação de estudos com relação ao levantamento das espécies encontradas e a realização do manejo. Continuando sua explanação, Alisson Melo (OAB/CE) antecipa que a Ordem dos Advogados do Brasil se manifesta de forma contrária a aprovação da autorização e considerando a ausência de informações, solicita que a SEUMA realize uma reinstrução do processo de modo que os estudos necessários sejam devidamente apresentados e que o projeto seja apreciado em outro momento pelo Conselho. Em seguida, Jerônimo Paulo (FBFF) assume a palavra e ressalta a importância dos órgãos assumirem suas responsabilidades institucionais com relação à temática, principalmente no que se refere ao monitoramento e fiscalização dos plantios e transplântios, salientando a relevância do papel que é exercido pelo COMAM e que a situação mencionada no Parque Urbano da Lagoa da Viúva também poderia estar ocorrendo em outros pontos da cidade. Posteriormente, Jailson Machado (GEOSPACE ENGENHARIA) assume a palavra e ressalta que no momento está sendo apreciado o manejo de flora, especificamente o inventário florestal, tendo em vista a etapa correspondente. Em seguida, Isabelle Camurça (ENGIBRAS ENGENHARIA) assume a palavra e informa que as intervenções anteriormente mencionadas, referentes à construção de edificações, são relativas a Etapa 2. Posteriormente, Jailson Machado (GEOSPACE ENGENHARIA) assume a palavra e esclarece que a Etapa 2 que se encontra em andamento foi objeto de um outro processo de licenciamento, tratando-se de licenças e processos diferentes. Em seguida, Verena Rothbrust (HABITAFOR) registra que terá que se ausentar da

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

reunião e ressalta a necessidade da empresa apresentar as informações faltantes no projeto de forma a possibilitar a análise por parte do Conselho. Posteriormente, Emiliano Luiz (IAB/CE) assume a palavra e informa que verificando as imagens de satélite mais recentes pôde constatar que já ocorreu supressão de vegetação e construção de edifícios referentes à Etapa 1, demonstrando assim o avanço da obra. Continuando sua explanação, Emiliano Luiz (IAB/CE) menciona que a empresa deveria disponibilizar para o Conselho um levantamento real do que atualmente já se encontra construído e o comparativo com o que já foi realizado em termos de supressão de vegetação, compatível com a realidade da área. Em seguida, Brenda Rolim (CAU/CE) assume a palavra e reitera a fala anterior do representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, informando que analisando a imagem de satélite verifica-se que parte do projeto já se encontra executado. Posteriormente, Jailson Machado (GEOSPACE ENGENHARIA) assume a palavra e informa que não está ciente da realização de supressão de vegetação, ressaltando que o empreendimento possui licença ambiental para construção civil e que a execução das obras deve estar em andamento em áreas em que não há previsão de supressão. Em seguida, Christina Bianchi (CREA/CE) assume a palavra e solicita maiores esclarecimentos a respeito do trâmite de licenciamento da SEUMA, tendo em vista que já houve a concessão de licença para construção e que no seu entendimento seria necessário que o licenciamento referente à supressão de vegetação ocorresse antes da expedição desse tipo de licença. Continuando sua explanação, Christina Bianchi (CREA/CE) ressalta que se faz necessário à apresentação do projeto arquitetônico de localização juntamente com a área prevista para realização da supressão de vegetação, salientando que concorda com a manifestação proferida anteriormente pela representação da Ordem dos Advogados do Brasil com relação ao projeto. Posteriormente, Luana Marques (SINDUSCON/CE) assume a palavra e menciona a importância da averiguação por parte da SEUMA no que tange ao trâmite de licenciamento, considerando as considerações do Conselho e também objetivando que não ocorra uma insegurança jurídica com relação à viabilidade do pleito por parte do requerente. Em seguida, Ivan Carvalho (SEUMA) assume a palavra, cumprimenta os presentes e na sequência realiza esclarecimentos em torno dos questionamentos elencados. Inicialmente, Ivan Carvalho (SEUMA) informa que a Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente, diferentemente de outros órgãos ambientais, possui como parte integrante do fluxo e procedimentos adotados que a licença ambiental não autoriza o início das obras, caracterizando-se como um pré-requisito para obtenção do alvará de construção, o qual se configura como documento definitivo. Continuando sua explanação, Ivan Carvalho (SEUMA) menciona que na licença expedida consta como condicionante que a obra não pode ser iniciada sem a obtenção das devidas autorizações e, em seguida, ressalta a disponibilidade da Coordenadoria de Licenciamento em realizar uma reunião com os membros que compõem o Conselho com o intuito de explicar os fluxos e trâmites internos, bem como esclarecer as eventuais dúvidas com relação aos procedimentos. Finalizando sua fala, Ivan Carvalho (SEUMA) ressalta que no ano de 2014 houve uma mudança na gestão administrativa municipal e que as ações de fiscalização são competência da Agência de Fiscalização de Fortaleza - AGEFIS, contudo ressalta que a Secretaria cumpre com o seu papel de monitoramento por meio de suas coordenadorias e reitera a disponibilidade e importância no que se refere aos canais para comunicação e realização de denúncias por parte da comunidade. Posteriormente, Jailson Machado (GEOSPACE ENGENHARIA) assume a palavra e ressalta que os estudos foram elaborados com base nos termos de referência e em conformidade com a instrução normativa. Em seguida, Pedro Rocha (SEUMA) assume a palavra, cumprimenta os presentes e considerando que não havia mais inscrições, solicita que seja procedido com a averiguação do quórum necessário para deliberação da matéria. Posteriormente, Marcelo Rebouças (SEUMA) assume a palavra e comunica que foi verificado que alguns conselheiros haviam se ausentado da reunião, não sendo constatado o quórum necessário. Em seguida, Pedro Rocha (SEUMA) assume a palavra e considerando os apontamentos realizados pelos conselheiros, a inexistência do quórum necessário e a relevância da pauta, sugere para deliberação do colegiado que a retomada dos trabalhos inerentes a matéria em questão ocorra na data prevista para a próxima reunião ordinária do Conselho, no dia nove de dezembro a partir das catorze horas. Diante da solicitação, a demanda foi prontamente atendida pelo colegiado, não havendo pronunciamentos em contrário. Por fim, não havendo mais manifestações pelos presentes, Pedro Rocha (SEUMA) agradece a

participação de todos e comunica o encerramento da reunião. Sem mais, eu, Marcelo Rebouças da Silva, Secretário Executivo do COMAM, finalizo a presente ATA.

Estiveram presentes representantes de 24 instituições, totalizando 26 conselheiros:

Instituição		Representante
1	SEUMA	Pedro César da Rocha Neto (Suplente)
2	CPA	Viviane Leite Damasceno (Titular)
3	CPA	Renata Veras Muniz Farias (Suplente)
4	PGM	Denise Barbosa Sobreira (Titular)
5	SMS	Nélio Batista de Moraes (Titular)
6	SEINF	Manuelito Cavalcante Junior (Titular)
7	SME	José Eduardo Azevedo da Silva (Titular)
8	CREA/CE	Christina Bianchi (Titular)
9	SECULTFOR	Marina Queiroz Fontenele (Titular)
10	SEGER	Ítalo Alves de Andrade (Suplente)
11	IAB/CE	Emiliano Luiz de Oliveira Neto (Titular)
12	CRBIO	Danilo Saraiva Araújo (Titular)
13	SEPOG	Rosângela de Albuquerque e Silva (Suplente)
14	IPC	Vânia de Oliveira Sindeaux (Titular)
15	IPLANFOR	Iara Silvia Rodrigues de Oliveira (Suplente)
16	HABITAFOR	Verena Rothbrust de Lima (Titular)
17	IBAMA	José Maria Barbosa da Silva (Suplente)
18	CAGECE	Delano Sampaio Cidrack (Titular)
19	CAU/CE	Brenda Rolim Chaves (Titular)
20	FBFF	Jerônimo Paulo da Silva (Titular)
21	FBFF	Luis Leão da Silva (Suplente)
22	SINDUSCON/CE	Luana Silva Marques Quinderé (Titular)
23	SEMA	Maria Dias Cavalcante (Suplente)
24	UFC	Mirian Cristina Gomes Costa (Titular)
25	UNIFOR	Lamarka Lopes Pereira (Titular)
26	OAB/CE	Alisson José Maia Melo (Suplente)

A reunião contou ainda com demais participantes:

Órgão/Instituição/Entidade		Representante
1	SEUMA	Amanda Ribeiro
2	SEUMA	Marcelo Rebouças
3	SEUMA	Ivan Dias
4	SEUMA	Adriane Melo
5	SEUMA	Paulo Maciel
6	SEUMA	Rafael Tomaz

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

7	SEUMA	Nathália Bugni
8	ENGIBRAS ENGENHARIA	Isabele Camurça Uchoa Maia
9	ENGIBRAS ENGENHARIA	Pedro Chaves Lira Cavalcante
10	ENGIBRAS ENGENHARIA	Joao Victor Feijão Soares
11	GEOSPACE ENGENHARIA	Jailson Machado
12	MPCE	Ronald Fontenele
13	SOP	Juliana Almeida Ribeiro
14	PÚBLICO EM GERAL	Cleiton Araújo
15	PÚBLICO EM GERAL	Valmir Frota
16	PÚBLICO EM GERAL	Rafael

Das instituições ausentes, foi apresentada prévia justificativa por parte da Companhia Energética do Ceará – ENEL/CE, representantes: Jorge Alexandre Barros de Almeida (Titular) e Cibele Moreira Pinheiro Franck (Suplente); Associação dos Geógrafos do Brasil – AGB, representantes: Edivania Marques de Sousa (Titular) e Andrea Bezerra Crispim (Suplente); Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFOR, representantes: Leandro Joías Chaves (Titular) e Cecília Daniela Cláudio Assunção Brito (Suplente); Ministério Público do Estado do Ceará – MPCE, representantes: Ann Celly Sampaio Cavalcante (Titular) e Maria do Socorro Costa Brilhante (Suplente).

Relação dos representantes ausentes na reunião que não apresentaram prévia justificativa: Câmara Municipal de Fortaleza – CMFor: Vereador Leo Couto (Titular) e Vereador José Freire (Suplente); Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC: Antônio Renato Lima Aragão (Titular) e Elaine Cristina de Moraes Pereira (Suplente); Associação Comercial do Ceará – ACC: Antônio José Gomes Costa (Titular) e Antônio Gomes Guimarães Neto (Suplente); Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE: Waslley Maciel Pinheiro (Titular) e Adilson do Nascimento Adriano Júnior (Suplente); Ecofor Ambiental: João Julio de Holanda Sombra (Titular) e Atila da Silva Gomes (Suplente); Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/CE: Marconi José Barbosa da Silva (Titular) e Angela Maria Fachine Dantas de Moura (Suplente); Câmara dos Dirigentes Lojistas de Fortaleza – CDL: Felycianno Rodrigues da Costa (Titular) e Germano Botelho Belchior (Suplente); Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos – SCSP: Francisco Aristeu Henrique Filho (Titular) e Ferruccio Petri Feitosa (Suplente).

Fortaleza, 01 de dezembro de 2021.

Marcelo Rebouças da Silva
Secretário Executivo do COMAM

Ata aprovada em reunião realizada no dia 24/02/2022.